

MILITARES

Provas de valor

Da mesma forma que refinarias da Petrobrás e portos marítimos foram palco de intervenção de tropas do Exército e da Marinha na semana passada, todos os setores de energia elétrica, transporte terrestre, aéreo e marítimo, saneamento básico, serviços hospitalares, gás, combustíveis e lubrificantes, limpeza urbana, comunicações, abastecimento de gêneros de primeira necessidade, aeroportos e instalações militares de uma forma geral encontram-se passíveis de, ao longo do ano, serem ocupadas militarmente.

Isso porque esses setores constituem os chamados pontos sensíveis para a boa condução da economia do País e se encontram inseridos nos planos de defesa interna das Forças Armadas. E dentro da estratégia cuidadosamente montada pelos militares para sensibilizar os parlamentares constituintes e manter seu papel constitucional vigente, demonstrações como essas deverão ser regularmente acionadas, em caso de perturbação da ordem e da lei, garantindo assim a condução de um dos mais bem estruturados lobbies, hoje funcionando dentro da Constituinte.

Apesar das críticas feitas por setores da esquerda, na tribuna da Câmara dos Deputados, no balanço final os militares acham que as intervenções nos portos marítimos e nas refinarias computaram pontos favoráveis para a tese, segundo a qual as Forças Armadas são primordiais na manutenção da defesa da ordem interna.

Segundo o assessor parlamentar da Marinha não foram poucos os parlamentares que, ao longo da semana, fizeram questão de cumprimentá-lo pela "maneira segura, serena e firme" com que o ministro Henrique Sabóia conduziu a intervenção da Força Naval nos portos brasileiros.

E o assessor do ministro, por seu turno, conduziu suas conversas com os constituintes no sentido de mostrar-lhes que a greve dos marítimos trouxe um ensinamento incontestável: "A economia do País depende do mar de maneira crítica. Sendo assim — insistiu o assessor — torna-se indispensável dotar a Marinha de meios necessários para equipar-se", razão pela qual defende a aprovação de projetos referentes à concessão de royalties do petróleo e de fundos da Marinha Mercante para a Força Naval.

E partindo da premissa que uma greve nos portos, assim como em outro ponto considerado vital e essencial é capaz de parar a economia do País, Marinha, Exército e Aeronáutica movimentam-se para provar isso aos parlamentares eleitos com a finalidade de escrever uma nova Constituição e definir o papel dos militares em tal documento.

O manual

Esses planos de defesa interna, que no Exército encontram-se aglutinados no Manual de Ação Comunitária, prevê, a participação da "autoridade militar como forma de assegurar o pleno funcionamento dos serviços públicos essenciais, principalmente nas crises".

Esse manual, inclusive, se dá o cuidado de dividir os pontos sensíveis em vitais, essenciais e secundários, de acordo com a maior ou menor dificuldade em recuperá-lo, ou não deixá-lo parado por muito tempo. Além disso, o manual, que dá aos militares poderes para dissipar movimentos grevistas, adota igualmente o princípio de dividir responsabilidades com terceiros na medida em que recomenda que a "defesa dos pontos sensíveis se faça conjuntamente com autoridades civis, tanto na parte de planejamento como na de execução".

E tanto é assim que ao intervir nas refinarias o Exército tomou o cuidado de colocar mais soldados das polícias militares que propriamente da força terrestre. Além disso, tanto o ministro Leônidas Pires Gonçalves quanto seus assessores cercaram-se de uma providência legal dizendo à imprensa que a intervenção era feita "por ordem superior", no caso o presidente da República. Assim, qualquer desgate público fica também dividido.

Esse cuidado foi igualmente tomado quando de outro exercício destinado a provar a necessidade do Exército na ação interna contra tumultos e perturbação da ordem. Aconteceu durante o badernaço de 27 de novembro do ano passado. O Exército apareceu com tropas e carros de combate, mas apenas para "garantir a segurança do presidente da República". Correndo o combate aos insubordinados por conta da Polícia Militar do Distrito Federal.

Tanto aqui quanto no caso das refinarias o Exército defendeu suas pretensões, mas com respaldo constitucional e civil. E neste contexto intervencionista é essencial que a ação seja rápida e eficiente. Assim



Ulysses: coordenando.



Luiz Henrique e Sant'Anna: pesquisas individuais.

MANDATO

O PMDB RESOLVERÁ LOGO SE QUER CINCO OU SEIS ANOS

O partido tomará uma decisão em 90 dias. Segundo Ulysses, optando por cinco anos. Segundo Sant'Anna, por seis.

O deputado Ulysses Guimarães demonstrou estar tão empenhado a favor da fixação dos cinco anos que minimizou os resultados de uma pesquisa indicando que 70% da população de oito capitais quer a redução do mandato do presidente Sarney. Perguntado a respeito por um repórter que lembrou o fato de 37% dos ouvidos desejarem eleições este ano, e 26% um mandato de quatro anos, o parlamentar disse que, embora respeitáveis, as pesquisas retratam apenas o momento.

Também o líder Carlos Sant'Anna, depois de audiência ontem com o presidente Sarney, disse que o chefe da Nação vai aceitar o que a Constituinte soberanamente decidir sobre a duração do seu mandato. O importante, de acordo com o líder da maioria, é um pacto prévio já definindo a duração do mandato presidencial para facilitar não só o relacionamento externo do País como também o planejamento e saneamento da economia, internamente.

Depois dos contatos individuais que estão sendo mantidos, o assunto, inquestionavelmente, de acordo com Sant'Anna, passará para a coordenação de Ulysses Guimarães.

raes, a quem caberá a convocação da bancada. Esclareceu, ainda, que ontem não tratou do tema com o presidente Sarney, pois é preciso aguardar que a maioria do partido aprove o assunto com voto nominal.

Dentro de 60 a 90 dias, a bancada do PMDB deverá ter definido sua posição sobre a duração do mandato do presidente, estabelecendo um "pacto político" para quando o assunto for tratado na Assembleia Nacional Constituinte. Ao dar a informação, ontem, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, acrescentou que esse pacto poderá ser em conjunto com o PFL.

Os contatos com os parlamentares do PMDB, de acordo com Sant'Anna, estão sendo feitos individualmente, por ele, pelo líder do partido na Câmara, deputado Luiz Henrique, pelo líder no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso, e outros não identificados pelo deputado, além do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães. De sua parte, Sant'Anna, além de defender seis anos de mandato para o presidente Sarney, acha que esse tempo vai prevalecer entre os peemedebistas.

Já o presidente da Constituinte e da

Câmara, Ulysses Guimarães, está convencido de que a ampla maioria dos integrantes do seu partido é a favor dos cinco anos. Caso seja confirmada essa tendência, a subcomissão do Executivo, da Comissão dos Poderes do Estado, deverá se manifestar nesse sentido, através do voto, ou parecer.

O deputado Ulysses Guimarães não explicou por que evoluiu de sua posição inicial, favorável a um mandato de apenas quatro anos, para os cinco anos, chegando a escamotear essa opinião. "Quem disse que eu era a favor dos quatro anos?" — indagou ao repórter que quis saber sobre os motivos da mudança.

Conforme o presidente da Constituinte, cinco anos é prazo adaptado à realidade brasileira, enquanto o presidente Sarney "sempre me disse que confia e aceita a decisão que venha a ser adotada pela Assembleia em relação ao seu mandato". O deputado concordou também ser importante a definição do mandato do presidente Sarney nessa atual fase, não somente com vistas às questões internas, como diante da necessidade do equacionamento dos problemas decorrentes da dívida externa brasileira.

MINISTÉRIO

Sarney dispensa a renúncia

O presidente José Sarney não pretende fazer uma reforma ministerial a curto prazo nem mesmo ajustes setoriais salvo se fatos novos indicarem sua conveniência. Sarney, em declaração ao *Jornal da Tarde*, reconheceu a existência de dificuldades, notadamente no plano econômico, e a partir disto constatação reafirmou a intenção de seguir com a mesma equipe de ministros. Ele considerou desnecessária a demissão coletiva do Ministério, conforme proposto pelo ministro Deny Schwartz, do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, e pelo ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, por se sentir à vontade para fazer as alterações que entender necessárias — "se e quando necessárias" —, não de imediato.

O presidente da República lembrou que não governa isolado e considerou positivo que grande número de seus interlocutores lhe procure mostrar a realidade tal qual ela é, "até mesmo no que diz respeito ao descontentamento com o imposto de Renda". Sarney sustentou que as dificuldades que o País atravessa não são do tipo a-supor que venha a ocorrer qualquer ruptura na ordem institucional, nem ao estilo de 1964, "nem nos moldes de 1937", conforme hipótese levantada pelo jurista Raimundo Faoro, em entrevista publicada ontem no *Jornal do Brasil*.

Apesar de o presidente ter preterido a hipótese da renúncia coletiva, o ministro chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, du-



rante o almoço com jornalistas, confirmou que a ideia da renúncia do Ministério tem sido ventilada em setores do governo e, pessoalmente, ele acha boa medida. Ressaltou, porém, que "esta é a hora de todos pensarem na Pátria, deixando de lado reivindicações pessoais ou partidárias, a fim de colaborar com a proposta do presidente Sarney, de um governo de entendimento nacional", disse.

Marco Maciel não confirmou informações de líderes do seu partido, de que há entre os cinco ministros do PFL um pacto: se um sair, todos sairiam. "Não existe nada disso. Pelo menos de minha parte, o presidente está à vontade para indicar outro chefe da Casa Civil", assinalou. Comentou, no

entanto, que o PFL, no momento, tem menos representatividade no governo do que no dia da posse de Sarney, embora tenha crescido sua bancada para 15 senadores e 120 deputados. O ministro contestou, até com certa irritação, versão de dirigentes do PMDB, de que o presidente Sarney só não promoveu a reforma ministerial pela resistência do PFL. "Isso é um absurdo", acentuou.

Importantes dirigentes e líderes pefelistas também estão convencidos de que todas as pressões do PMDB, a começar pelos novos governadores, para forçar a reforma ministerial, tem um só objetivo: reduzir ao máximo a participação do PFL no governo. Confirmaram, ainda, que caso se concretize a proposta de dividir um Ministério em dois — para atender à nova correlação surgida com o final de mandato de governadores que elegeram seus sucessores —, o ministro Aureliano Chaves "não ficaria mesmo".

Ontem, em Porto Alegre, o ministro Deny Schwartz voltou a insistir na renúncia coletiva do Ministério, "frisando que há um voto de desconfiança da sociedade inclusive do Congresso contra o atual Ministério". Em São Paulo, o deputado Gastone Righi, líder do PTB na Constituinte e na Câmara, disse que hoje espera sair com duas certezas da conversa que manterá como presidente Sarney: se realmente haverá uma recomposição ministerial e caso ela se confirme, com qual das pastas ficará seu partido.

ocorreu no badernaço — as tropas do Exército ficaram na Esplanada enquanto durou a missa assistida pelo presidente Sarney; e na intervenção das refinarias a ocupação durou três dias, tempo suficiente para angariar a simpatia de inúmeros parlamentares que, da tribuna, enalteceram a ação dos militares.

Embora os fuzileiros navais tenham se demorado mais na sua ação de defesa interna de ocupação dos portos e guarnecimento dos navios, a operação foi notada pelo presidente José Sarney, hoje um dos maiores defensores do papel constitucional das Forças Armadas. Durante despacho com o ministro Henrique Sabóia, Sarney cumprimentou-o "pela maneira profissional, firme e eficiente com que a Marinha se conduziu no difícil problema da greve dos marítimos".

COMISSÕES

Atraso político

A Constituinte não fixa um prazo determinado para a eleição dos demais membros da Mesa — mas estabelece que 48 horas depois disso as comissões devem estar constituídas. Exatamente por isso, o presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, pretende retardar essa eleição: quer dar tempo suficiente para que as lideranças políticas preparem as listas dos integrantes das nove comissões encarregadas de elaborar o projeto da futura Carta.

"Não vamos atropelar nada. Vamos deixar que as lideranças se entendam", recomendou Ulysses, ontem. Adiantando o trabalho de composição, o PFL já preparou duas propostas para a direção das comissões temáticas: ficaria com oito presidentes e o PMDB indicaria os oito relatores. Se o PMDB não aceitar, o PFL guarda uma contraproposta — conseguir as funções de relator-geral de duas comissões: Ordem Econômica e Organização Partidária e Eleitoral.

Justamente a Comissão de Ordem Econômica é uma das duas que Ulysses acredita que dará mais trabalho pela quantidade de candidatos e por envolver alguns dos pontos mais polêmicos da futura Constituição. Para o cargo de relator dessa comissão o candidato apontado pelo PMDB é o senador Severo Gomes. A Comissão de Sistematização é outra que Ulysses aponta também como muito polêmica. Apesar de o presidente dessa comissão já estar definido (senador Afonso Arinos, do PFL fluminense), o cargo de relator conta com vários pretendentes.

Prazo

Apesar da demora na elaboração e votação do regimento interno da Constituinte, Ulysses prevê que a nova Carta poderá ficar pronta muito antes do prazo de 200 dias. "Não há muito o que inovar", justifica. Há, como disse ele, pontos polêmicos, principalmente na área econômica — "e há também alguns direitos novos, que são direitos do cidadão em face do Estado, como o direito ao trabalho, à remuneração condigna, o direito à aposentadoria e à educação". A respeito disso não há nada na atual legislação, mas Ulysses acha que os constituintes podem basear-se na experiência de outros países.

No mais, Ulysses entende que, em grande parte, o trabalho consistirá em simples cópia da atual Constituição — "por se tratar de matéria pacífica, proveniente das Constituições anteriores, e a respeito da qual há entendimento sedimentado nos tribunais superiores do País". Ulysses, contudo, manifestou sua opinião contrária à tese de que a Assembleia deve tomar posição prévia em relação à forma de governo — presidencialista ou parlamentarista. A questão segundo ele, precisa ser amplamente debatida. "Até agora, só foi tratada pela rama, superficialmente".

Líder

Para eleger o líder na Assembleia e escolher os representantes do PMDB na Mesa, os 305 constituintes do partido estão convocados para uma reunião amanhã. Os candidatos à liderança são o senador Mário Covas e o deputado Luiz Henrique, que renunciará à liderança do partido na Câmara em caso de derrota para Covas. Apesar de os senadores do PMDB garantirem que Ulysses estaria trabalhando por Luiz Henrique, o próprio Ulysses revelou ontem que pretende se manter neutro.

Depois de decididos os cargos, será a vez de serem agitados os lobbies. A CNBB anunciou que está preparando o seu nos diversos Estados, cujos dirigentes das Comissões de Justiça e Paz se reunirão ainda esta semana em Brasília. Essas comissões ficarão responsáveis pela coleta de assinaturas necessárias à apresentação de emendas ao projeto, reforçando a posição da CNBB de maior participação popular na elaboração da nova Carta.

Freitas Nobre

Os bastidores do mandato de Sarney

Todos querem saber por que a Constituinte empacou mês e meio no regimento e por que retardam seus trabalhos normais.

Basta procurar ver o que está por trás de toda essa movimentação, que até agora não penetrou nos temas de conteúdo da Carta constitucional.

Tudo gira, desde o primeiro dia, em torno do mandato do presidente Sarney.

O presidente tem as informações atualizadas da posição de cada parlamentar, graças ao levantamento de dados e à estocagem informatizada sob a supervisão do dr. Hargreaves.

Quando o presidente se informa sobre os parlamentares com Ulysses, Luiz Henrique, Carlos Sant'Anna, José Lourenço, o faz mais num gesto de cortesia, até para facilitar o estímulo às tarefas de mobilização e harmonia da Aliança Democrática, pois ninguém tem tão completos elementos informativos como ele.

A preocupação do presidente, transmitida ao deputado Ulysses Guimarães, tem sua razão de ser. Ele sabe que a bancada do PMDB está dividida quanto ao período de mandato. E abriga todas as tendências. Alguns poucos defendem as eleições diretas, já, como o deputado Fernando Lyra; outros, cobram as promessas de Tancredino Neves e Sarney para a redução do mandato para 4 anos; outros, como Ulysses Guimarães, já aceitam os cinco anos; e, finalmente, há um grupo, com o deputado Cardoso Alves à frente, que defende a manutenção dos seis anos.

Isso no PMDB.

No PFL o quadro é mais tranquilo para o presidente, pois até o deputado Inocêncio de

Oliveira, de Pernambuco, que havia afirmado a impossibilidade de uma fixação acima dos quatro anos, já está admitindo uma posição intermediária.

O ministro Jorge Bornhausen faz média, afirmando que no caso do § 7º do artigo 57 "foi o PFL que fez abortar uma ruptura da ordem constitucional".

O PTB, de namoro recente com o Planalto, defende os seis anos para chegar nos cinco. O PCB acompanha a Aliança Democrática na decisão que tomar.

O PDT, o PT e o PC do B estão fixados nas diretas-já e dificilmente alterarão essa decisão, até porque as posições, a partir de agora, vão ficar mais definidas como reflexo da política nos Estados.

A antecipação dessa questão está exatamente no problema sucessório, embora sem que se saiba, ainda, em que data deverão ocorrer as eleições presidenciais.

A maneira, porém, como as coisas estão colocadas revela que o sistema de governo está tranquilamente nesta alternativa: ou a manutenção do presidencialismo ou a adoção de um parlamentarismo misto, com o presidente da República e o vice escolhidos em eleições diretas e o Ministério composto pelo Parlamento, não cabendo nenhuma chance ao parlamentarismo puro.

Mas o presidente Sarney tem pressa na decisão relativa ao sistema de governo e ao período do mandato presidencial.

Por isso, propôs ao deputado Ulysses Guimarães uma reunião com a bancada do PMDB no Senado e na Câmara (305 deputados e 46 senadores) para a próxima sexta-feira, dia 20, às 18 horas. É hora de recepção. Hora de coquetil, hora tranqüila de Brasília, onde sexta-feira é o nosso sábado de São Paulo, até com a característica da sessão parlamentar no período da manhã, hábito que inexplicavelmente se repete, agora, na atividade constituinte.

O presidente já havia pedido ao deputado Luiz Henrique para diligenciar o apressamento da definição do seu período de mandato.

Com Carlos Sant'Anna foi mais longe.

O líder do governo na Câmara já está se instalando nas várias salas da Vice-Presi-

dência da República, que continuam encravadas no edifício da Câmara, mesmo sem vice-presidente, porque o substituto eventual de Sarney é o presidente da Câmara, que já tem suas amplas instalações, no Legislativo.

Mas a tentativa do trabalho pessoal, feito de parlamentar para parlamentar, não tem dado resultado.

O deputado Paulo Renato Paim (PT-RS), após ouvir relato da deputada Irma Passoni e de um outro jovem parlamentar, pôs a boca no mundo, dizendo que 10.000 cargos estão sendo negociados com vistas ao posicionamento na Constituinte.

Um senador e um deputado federal do PMDB de Alagoas foram cuidar, em nome dos demais colegas, dos cargos federais naquele Estado, em razão da mudança do governo.

Foram recebidos pelo ministro Marco Maciel, que lhes disse: esse problema passa pelo deputado Carlos Sant'Anna.

No Congresso, todos sabem que a partilha ou repartilha dos cargos está condicionada a esse trabalho de que foi incumbido o deputado Carlos Sant'Anna, que, com essa força, vai absorvendo as atribuições dos líderes do PMDB nas bancadas do Senado e da Câmara, enfraquecendo, antecipadamente, qualquer liderança partidária na Constituinte.

Mandato vitalício

Essa forma de aliciamento, porém, está provocando reações no próprio PMDB, estimulando o deputado Francisco Pinto, da Bahia, a declarar que o presidente Sarney poderia, com estes constituintes, tornar seu mandato até mesmo vitalício.

Mas, nos bastidores, existem outros fatos que esclarecem bem o que está ocorrendo. Na antecipação da campanha presidencial, colocam-se três tipos de candidatos à sucessão de Sarney.

Os primeiros, cujos nomes estão focalizados há algum tempo, por razões várias, não podem esperar um mandato de seis anos.

No PMDB, o governador Franco Montoro, que ficou desde domingo sem mandato, ainda que venha a ser ministro, fica eticamente impossibilitado de reclamar a redução do período administrativo de Sarney. Mas não

pode rejubilar-se com os seis anos, que transferem as eleições para 1990. Em situação semelhante, está o deputado Ulysses Guimarães, que deverá ficar no limbo, sem a presidência da Constituinte e a presidência da Câmara, que lhe dá a condição de vice-presidente da República.

Ulysses, percebendo que o aliciamento do Palácio do Planalto com tão poderosos argumentos levará a maioria da bancada a decidir pelos seis anos, já embarcou na ideia dos cinco anos. E seus companheiros mais próximos já imaginam para ele uma eleição de vice-presidente da República, meio passo para a chefia da Nação.

O segundo grupo, do PFL, está reciclado, defendendo o mandato de seis anos, embora essa solução seja prejudicial ao seu candidato-nato, o ministro Aureliano Chaves, integrante da atual equipe de governo e, por isso mesmo, com dificuldade para defender publicamente sua pretensão.

Finalmente, um outro importante grupo de interessados, com mais influência junto às bancadas que se elegeram no conjunto da última campanha: os governadores que assumiram ontem.

Os novos governadores defendem os seis anos para o mandato do atual presidente.

Exatamente o interesse de que necessitam para as candidaturas à presidência e vice-presidência da República. Além disso, é a maneira menos traumática de alijarem da disputa, pelo esquecimento e pela distância dos mandatos em alguns casos, os ex-governadores, como Franco Montoro, Hélio Garcia, Iris Rezende, exceção feita a José Richa que se armou cavaleiro com o escudo do Senado...

E não é o caso do ministro Marco Maciel, porque ainda senador por quatro anos, tem se mantido na crista da onda, com o Ministério da Educação e a promoção à Chefia da Casa Civil, onde fica ministro e uma espécie de vice-presidente em exercício...

Mas não deixa de ser significativo o projeto de decisão do deputado César Cals Neto, que diz tê-lo redigido em conjunto com o senador Afonso Camargo vice-presidente da Executiva Nacional do PMDB e favorável aos seis anos.

Composto de dois artigos, sendo que um

revoga as disposições em contrário, o referido projeto no artigo 1º determina que a Constituinte defina, preliminarmente, o sistema de governo a ser instalado no Brasil e, ao mesmo tempo, a duração do mandato do atual presidente da República. E, no seu parágrafo único dispõe que a Mesa Diretora da Constituinte defina os prazos máximos de tramitação da matéria para viabilizar sua votação até o dia 15 de maio próximo.

Na reunião do dia 20 próximo, os parlamentares do PMDB procurarão informar o presidente sobre a posição da bancada relativamente ao mandato presidencial.

Mas ninguém tenha dúvida que o presidente sabe mais que eles.

Não foi sem razão que, na Escola Superior de Guerra, há dez dias, o ministro Marco Maciel defendeu o mandato de seis anos, mas admitiu cinco.

O presidente sabe, nesta altura, que pode obter o máximo, mas, sem dúvida, ainda poderá encenar e condescender em reduzir de um ano seu período de governo.

Se o presidente continua o mesmo, poderá dizer aos constituintes peemedebistas que não tem preocupação na fixação do período, mas considera muito arriscada uma desestabilização com o retardamento da decisão sobre o mandato.

Quando estávamos na fase de escolha do candidato a vice de Tancredino, participamos como líder do PMDB de uma reunião realizada num dos auditórios do Banco do Brasil em Brasília, presentes Aureliano Chaves, Tancredino, Ulysses, Bornhausen, Marco Maciel, Humberto Lucena, Pedro Simon e Sarney.

Pedro Simon foi duro na colocação, dizendo que o Diretório Regional do PMDB do Rio Grande do Sul, sob sua presidência, na esperança, havia decidido protestar contra a escolha do senador Sarney para vice de Tancredino, fundamentando-se na conveniência do mesmo com a ditadura militar durante 20 anos.

Tranquilo, Sarney respondeu: eu voto no Tancredino em qualquer circunstância, mas, se meu nome não estiver como vice, não conseguirei trazer o mesmo número de votos do PDS...